

Isabella Mozzillo

VAMOS FALAR SOBRE O PORTUNHOL

Para termos uma visão da zona de fronteira, dos mais de 1000 km que separam o Brasil do Uruguai, 600 km são de fronteiras secas, como Santana do Livramento/Rivera, Chuí/Chuy e Aceguá/Aceguá. Já os outros 400 km são de fronteiras com acidentes geográficos como em Quaraí/Artigas e Jaguarão/Río Branco (GONÇALVES, 2013).

Conforme Behares (2010), a área fronteiriça que vai do Rio Uruguai (entre a Foz do Rio Ibicuí e a margem norte da Lagoa dos Patos) até o Rio Negro no Uruguai constitui uma zona híbrida, com traços que não pertencem nem à cultura brasileira nem à uruguaia, o que conforma um contínuo sociocultural.

A história das disputas e da colonização do Brasil e do Uruguai desde a chegada dos europeus define em grande parte a organização do povo fronteiriço.

Foi apenas no fim do século XIX que a fronteira passou a ter a forma atual. Assim, essa região foi sempre habitada por uma sociedade com características distintas e híbridas, na maior parte ágrafa, estabelecida no ambiente rural, cuja língua era o português aprendido sobre bases guaranis, com influência evidente do espanhol.

Vemos, então, que a região sempre foi bilíngue, de base preponderantemente portuguesa, embora com grande influência do espanhol (ELIZAINCÍN, BEHARES e BARRIOS, 1987).

No norte do Uruguai, as línguas que coexistem são o português do Uruguai, língua materna da grande maioria da população, e o espanhol, muitas vezes a segunda língua, a aprendida na escola.

Vários linguistas renomados como Rona, Elizaincín, Behares, Barrios,

entre outros, explicam que o português uruguaio ou portunhol ou fronteiriço, também chamado de Dialetos Portugueses do Uruguai (DPU), nem sempre tem reconhecimento de prestígio entre os próprios falantes nativos.

Nessas comunidades fronteiriças há diferenças funcionais e de prestígio entre as línguas. Por isso, muitos fronteiriços uruguaios, conforme Carvalho (2007), se negam a passar o português do Uruguai aos seus filhos, com medo de que eles sofram preconceito linguístico ao chegarem à escola. Preferem que os filhos sejam monolíngues apenas em espanhol.

O motivo dessa situação, para Millán, Sawaris e Welter (1996), é que a realidade sociolinguística na fronteira uruguaio-brasileira apresenta diglossia, isto é, hierarquização entre os sistemas linguísticos.

Para esses autores, do lado uruguaio coexistem o espanhol padrão, a variedade subpadrão (fronteiriço, portunhol ou DPU) e o português padrão em menor grau. Duas dessas variedades, o espanhol e o fronteiriço ou portunhol ou DPU, se distribuem com funções que não se sobrepõem. Do lado brasileiro, por sua vez, convivem o português padrão com o dialeto subpadrão influenciado pelo espanhol (português gaúcho da fronteira), com função também estratificada.

Dessa forma, na atualidade, a zona fronteiriça apresenta uma situação linguístico-cultural multilíngue e/ou multidialetal, na qual o portunhol ou DPU raramente goza de prestígio entre os próprios falantes nativos e convive com as variedades linguísticas de prestígio ou padrão aprendidas especialmente na escola e propagandas através da televisão.

Os DPU são o resultado da mistura do espanhol falado no Uruguai com o português falado na parte meridional do Rio Grande do Sul. Não são nem português nem espanhol, sendo, às vezes, ininteligíveis tanto para os brasileiros como para os uruguaios (RONA, 1965).

Segundo Elizaincín, Behares e Barrios (1987), os DPU são formas mistas ou variedades bilíngues com base preponderantemente portuguesa, as quais têm forte influência do espanhol. A definição de variedade bilíngue é a de um sistema intermediário que surge como consequência de uma situação de contato.

Por outro lado, o português gaúcho da fronteira (PGF) é uma variedade falada no lado fronteiriço brasileiro e recebe este nome por ter influência da língua espanhola. Logo, ao norte do Uruguai uma pequena parcela da população é bilíngue em português do Uruguai e espanhol, enquanto o resto do Uruguai é, *grosso modo*, monolíngue em espanhol. O mesmo se passa na fronteira brasileira onde alguns sujeitos são bilíngues em português e espanhol e outros monolíngues em português.

Os DPU são uma variedade eminentemente oral e conversacional, que existem em sua forma “pura” em comunidades de tipo “ágrafo” ou com

alta percentagem de analfabetos. A escrita e as funções sociais permanecem ligadas às chamadas variedades altas, o espanhol e o português. (BEHARES e DÍAZ, 1998),

Sendo práticas essencialmente orais, tais variedades híbridas raramente aparecem impressas, já que tanto o Uruguai como o Brasil caracterizam-se por uma política linguística historicamente direcionada ao monolinguismo nos respectivos idiomas nacionais ou oficiais. Dessa forma, o português do Uruguai possui uma escrita *ad hoc*, pois a ortografia é registrada de acordo com cada autor em cada obra escrita (MOZZILLO, 2012).

Sturza (2006) analisa o modo como o fronteiriço uruguaio vê o seu produto linguístico. Normalmente, o portunhol é visto de forma depreciativa por causa da campanha feita pelo Estado uruguaio na época da ditadura no sentido de formar um país monolíngue, no qual falar um “bom espanhol, um espanhol correto” era motivo de orgulho.

Isso está de acordo a que afirma Behares (1996): tanto o Brasil como o Uruguai têm um discurso educativo ligado a um discurso de formação da identidade nacional.

Na ditadura militar uruguaia do século XX, de acordo com Barrios e Pugliese (2005), o português do Uruguai era a língua que supostamente oferecia risco à identidade linguística e social do país. O medo de que o Brasil se apoderasse novamente do país vizinho era tão grande, que várias campanhas foram lançadas nos veículos de comunicação, com o intuito de inibir a língua portuguesa no território uruguaio. Tais campanhas deram certo, pois a sociedade fronteiriça ainda faz distinções situacionais e de prestígio entre o português do Uruguai, sua língua de herança e o espanhol, língua nacional do país (GONÇALVES, 2013).

Para Behares (2009), os Estados brasileiro e uruguaio estabelecem suas políticas linguísticas explícita ou implicitamente. O Uruguai não explicita na sua Constituição qual é a língua oficial do país. Já na do Brasil consta que a língua oficial brasileira é o português, tendo sido recentemente acrescentada também como língua oficial a Libras. Embora se estabeleçam essas duas línguas oficiais, Oliveira (2002) afirma que no Brasil se falam cerca de 200 línguas como língua materna, 170 línguas indígenas e 30 línguas de comunidades descendentes de imigrantes. No Uruguai também existem diversas línguas, além do espanhol, faladas como línguas maternas, motivo pelo qual o português do Uruguai deve ser considerado uma língua de herança, uma língua hereditária, falada nas comunidades fronteiriças do norte do país.

Ainda segundo Behares (2009), a primeira política linguística do Uruguai foi a *Ley de Educación Común* de 1877, elaborada por Pedro Varela. Seu objetivo era estabelecer que o ensino escolar deveria ser feito no idioma nacional e alertava que na fronteira entre o Uruguai e o Brasil a

língua mais falada pelo fronteiriço uruguaio era o português.

Nessa direção, como vimos, segundo Barrios e Pugliese (2005), na ditadura militar uruguaia (1973–1985) havia discursos xenófobos e puristas, acompanhados por campanhas idiomáticas que procuravam defender o espanhol frente à “ameaça” do português e a preservar a sua “pureza” frente à contaminação de expressões incorretas.

Discursos do tipo “importa el habla correcta de un país como uno de los mayores atributos de su cultura, vale como um patrimônio esencial de la nacionalidad” circulavam pelo jornal *El país*, mostrando que língua e identidade andavam juntas (GONÇALVES, 2013).

Entretanto, felizmente na atualidade, devido aos diversos estudos dos linguistas, o preconceito linguístico começa a ceder lugar a uma maior compreensão dos fenômenos e muitos falantes declaram explicitamente ser o portunhol sua língua materna. Isso significa adotar uma atitude linguística assertiva, uma opção pelo bilinguismo, uma declaração de orgulho da realidade linguística real.

Essa nova situação permite observar que o fenômeno da mescla de línguas funciona nas comunidades do norte do Uruguai como um marcador de identidade cultural da maior relevância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIOS, G.; PUGLIESE, L. Política lingüística en el Uruguay: las campañas de defensa de la lengua. In: MOZZILLO, I. *et al* (Org.). **O plurilingüismo no contexto educacional**: III Fórum Internacional de ensino de línguas estrangeiras. Pelotas: Ed da UFPel, 2005.

BEHARES, L. E. . Historia y discurso sobre educación en zonas de frontera. In: TRINDADE, A.; BEHARES, L. (Org.) **Fronteiras, educação, integração**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

_____. Principios Rectores de las políticas lingüísticas en la educación pública uruguaya. In: BROVETTO, C. **Primer foro nacional de lenguas de ANEP**. Montevideo: A. Monteverde & Cía S. A, 2009.

_____. Educação fronteiriça Brasil/Uruguai, línguas e sujeito. **Pro-Posições** v. 21, n.3 (63), 2010.

BEHARES, L. E.; DÍAZ, C. (Org). **Os som de nossa terra** Montevideo: Asociación de Universidades, Grupo Montevideo, Universidad de la República y UNESCO, 1998.

CARVALHO, A. M. Diagnóstico socio lingüístico de comunidades escolares fronterizas en el norte de Uruguay. In: BROVETTO, C.; GEYMONAT, J.; BRIAN, N. (Org.). **Portugués del Uruguay y educación bilíngüe**. Montevideo: ANEP, 2007.

ELIZAINCIN, A.; BEHARES, L.; BARRIOS, G. **Nos falemo Brasileiro**: Dialectos portugueses en Uruguay. Montevideo: Amesur, 1987.

ELIZAINCÍN, A. As pesquisas nas áreas de fronteira: Brasil/Uruguai. In: TRINDADE, A; BEHARES, L. (Org.). **Fronteiras, educação, integração**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

GONÇALVES, D. P. **O falar dos comerciantes brasileiros na fronteira de Jaguarão–Río Branco**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013.

MILLÁN; SAWARIS; WELTER. El camino recorrido: lingüistas y educadores en la frontera Brasil – Uruguay. In: TRINDADE, A.; BEHARES, L. (Org.). **Fronteiras, educação, integração**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

MOZZILLO, I. Um olhar sobre o portunhol da fronteira Brasil/Uruguai. In: **VII Encontro da AB ECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**. Programação e Resumos. São Paulo: USP, 2012.

RONA, J. P. **El dialecto “Fronterizo” del norte del Uruguay**. Montevideo: Adolfo Linardi, 1965.

STURZA, E. **Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas**. (Tese de doutorado). Campinas: Unicamp, 2006.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L; MELO MOURA, H. M (Org.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2002.

AUTORA

Isabella Mozzillo

Professora Titular do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: isbellamozzillo@gmail.com .

Recebido em: 04/10/2017.
Aprovado em: 26/03/2018.
Publicado em: 28/10/2018.